



SECRETARIA DE ESTADO
DA FAZENDA DO AMAZONAS
SEFAZ-AM

TARDE

TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL PROVA II

NÍVEL SUPERIOR TIPO 4 – AZUL



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de prova a folha de respostas.



TEMPO

- Você dispõe de **4 horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas;
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- A partir dos **30 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e no caderno de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- **Boa sorte!**

Contabilidade Geral

1

Em 01/01/X0, uma sociedade empresária contrai um empréstimo bancário de longo prazo no valor de R\$100.000. Pelo empréstimo, ela reconhece e paga juros trimestrais de R\$10.000.

Na elaboração de sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, os contadores da sociedade empresária optam por não seguir o encorajamento do Pronunciamento Técnico CPC 03 (02) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, evidenciando o fato em nota explicativa.

Assinale a opção que indica o impacto gerado na Demonstração dos Fluxos de Caixa da sociedade empresária, em 31/12/X0.

- (A) Aumento de R\$60.000 na atividade operacional.
- (B) Aumento de R\$60.000 na atividade de investimento.
- (C) Aumento de R\$60.000 na atividade de financiamento.
- (D) Aumento de R\$100.000 na atividade de financiamento e diminuição de R\$40.000 na atividade operacional.
- (E) Aumento de R\$100.000 na atividade de investimento e diminuição de R\$40.000 na atividade operacional.

2

Uma sociedade empresária apresenta o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/X0.

| | | | |
|--------------------------------|---------|--------------------|---------|
| Ativo Circulante | 130.000 | Passivo Circulante | 12.000 |
| Caixa | 90.000 | Dividendos a pagar | 12.000 |
| Estoques | 40.000 | | |
| Ativo não Circulante | 50.000 | Patrimônio Líquido | 168.000 |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | | Capital Social | 140.000 |
| Investimentos- LP | 50.000 | Reserva de Lucros | 28.000 |
| Ativo Total | 180.000 | Passivo + PL | 180.000 |

O investimento rende juros de R\$12.000 ao ano.

No ano de X0 aconteceram os seguintes fatos:

- Pagamento dos dividendos que estavam no passivo.
- Venda de todo o estoque por R\$160.000 à vista.
- Reconhecimento e pagamento de despesa de salários no valor de R\$54.000, sendo R\$20.000 a empregados próprios e, R\$34.000, para mão de obra terceirizada.
- Reconhecimento e pagamento de despesas de aluguel de sala comercial utilizada no ano, no valor de R\$36.000.
- Reconhecimento da receita de juros do investimento.
- Reconhecimento do imposto sobre a renda com base na alíquota de 24% do lucro antes do imposto sobre a renda.
- Distribuição de 25% do lucro líquido a título de dividendos.

Os contadores elaboraram a Demonstração do Valor Adicionado do seguinte modo:

| Distribuição do Valor Adicionado | % |
|-------------------------------------|-----|
| Pessoal | (A) |
| Impostos, taxas e contribuições | (B) |
| Remuneração de capital de terceiros | (C) |
| Remuneração de capitais próprios | (D) |

Com base nas informações acima, assinale a opção que indica o preenchimento correto da tabela de A a D, considerando que não há diferença entre o tratamento contábil e o tributável.

- (A) 16,67%; 8,40%; 38,33%; 36,60%.
- (B) 18,18%; 9,16%; 32,73%; 39,93%.
- (C) 18,52%; 9,33%; 42,56%; 29,56%.
- (D) 20,41%; 10,29%; 36,73%; 32,57%.
- (E) 23,24%; 11,71%; 41,83%; 23,22%.

3

De acordo com a modificação trazida pela Lei nº 11.941/2009 à Lei nº 6.404/1976, no balanço patrimonial, as aplicações em instrumentos financeiros e em direitos e títulos de crédito, classificados no ativo circulante ou no ativo realizável, a longo prazo, são avaliadas pelo seu valor justo no seguinte caso:

- (A) são aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.
- (B) são aplicações relevantes para a entidade.
- (C) dizem respeito a créditos com sociedades controladas.
- (D) representam investimentos em bancos de primeira linha.
- (E) dizem respeito a vendas a crédito com empresas no exterior.

4

Em 01/12/X0, uma sociedade empresária adquiriu ações de emissão própria para mantê-las em tesouraria por R\$100.000. Na aquisição, incorreu em custos de transação de R\$15.000.

Assinale a opção que indica a contabilização da aquisição pela sociedade empresária.

- (A) D- Capital Social: R\$115.000;
C- Ações em tesouraria: R\$115.000.
- (B) D- Ações em tesouraria: R\$115.000;
C- Caixa: R\$115.000.
- (C) D- Despesas: R\$115.000;
C- Capital Social: R\$115.000.
- (D) D- Ações em tesouraria: R\$100.000;
D- Despesas: R\$15.000;
C- Caixa: R\$115.000.
- (E) D- Despesas: R\$15.000;
D- Capital Social: R\$100.000;
C- Caixa: R\$15.000;
C- Ações em tesouraria: R\$100.000.

5

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, muitos investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, não podem exigir que as entidades forneçam informações diretamente a eles, sendo, portanto, os principais usuários aos quais se destinam relatórios financeiros para fins gerais.

Nesse sentido, em relação aos relatórios financeiros para fins gerais, de acordo com o Pronunciamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) Destinam-se a apresentar o valor da entidade que reportam.
- (B) Baseiam -se em representações exatas e precisas do que se propõem a apresentar.
- (C) São completos, de modo que os usuários não precisam considerar informações de outras fontes.
- (D) Incluem informações adicionais que são úteis a um subconjunto específico de principais usuários.
- (E) Não são do interesse da administração da entidade que reporta, uma vez que esta obtém, internamente, as informações financeiras de que precisa.

6

Uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/X0.

| | | | |
|--------------------------|---------|------------------------|---------|
| Ativo Circulante | 102.000 | Passivo Circulante | 8.000 |
| Caixa | 50.000 | Salários a pagar | 8.000 |
| Estoques | 20.000 | Passivo não Circulante | 30.000 |
| Despesas antecipadas | 12.000 | Empréstimos | 30.000 |
| Clientes | 20.000 | | |
| Ativo não Circulante | 42.000 | Patrimônio Líquido | 106.000 |
| Realizável a Longo Prazo | | Capital Social | 100.000 |
| Despesas antecipadas | 12.000 | Reserva de Lucros | 6.000 |
| Imobilizado | | | |
| Veículos | 50.000 | | |
| Depreciação Acumulada - | 20.000 | | |
| Ativo Total | 144.000 | Passivo + PL | 144.000 |

As despesas antecipadas dizem respeito ao aluguel de uma sala comercial durante o ano e abrangem o período de doze meses.

Os veículos têm vida útil estimada em 5 anos e valor residual zero.

Em janeiro de X1, aconteceram os seguintes eventos:

- Pagamento dos salários do período anterior;
- Recebimento do saldo com clientes;
- Venda de todo o estoque por R\$50.000, sendo metade à vista e metade com recebimento em 60 dias. A inadimplência é estimada em 3%;
- Reconhecimento de despesas gerais, no valor de R\$5.000;
- Reconhecimento da despesa de depreciação e do aluguel.

Assinale a opção que indica o lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social da sociedade empresária, em 31/01/X1.

- (A) R\$12.167.
 (B) R\$22.417.
 (C) R\$22.750.
 (D) R\$23.167.
 (E) R\$23.500.

7

Uma sociedade empresária que presta serviços de auditoria possui um terreno que é mantido para valorização de capital a longo prazo.

Em relação à mensuração do terreno no balanço patrimonial da sociedade empresária, ela deve

- (A) usar o método do custo.
 (B) usar o método do valor justo.
 (C) usar o método do custo de reposição
 (D) escolher entre o método do valor justo e o método do custo.
 (E) escolher entre o método do valor justo e o método do valor presente.

8

Uma sociedade empresária, que prestava serviços de consultoria, apresentava o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/X0:

| | | | |
|-----------------------------|---------|----------------------|----------|
| Ativo Circulante | 100.000 | | |
| Caixa | 100.000 | | |
| Ativo não Circulante | 34.000 | Patrimônio Líquido | 134.000 |
| Realizável a Longo Prazo | | Capital Social | 200.000 |
| IR Diferido- Crédito Fiscal | 34.000 | Prejuízos Acumulados | - 66.000 |
| Ativo Total | 134.000 | Passivo + PL | 134.000 |

Neste ano, o prejuízo fiscal foi de R\$100.000.

No ano de X1, aconteceram os seguintes fatos:

- Reconhecimento de receitas: R\$500.000;
- Reconhecimento dos custos: R\$200.000;
- Reconhecimento de despesas gerais tributáveis: R\$100.000;
- Reconhecimento de provisão para contingências: R\$50.000.

Assinale a opção que indica o lucro líquido na Demonstração do Resultado do Exercício da sociedade empresária, em 31/12/X1, considerando alíquota de imposto sobre a renda e contribuição social de 34%.

- (A) R\$59.400.
 (B) R\$76.560.
 (C) R\$85.536.
 (D) R\$88.902.
 (E) R\$99.000.

9

Uma sociedade empresária, que trabalha com a revenda de mercadorias, está localizada em um país onde a inflação é de 30% ao ano.

Em 01/01/X1, seu estoque, que era avaliado pelo método PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai), passou a ser avaliado pelo custo médio ponderado móvel.

Ao refazer suas demonstrações contábeis referentes ao ano de X0 pelo método do Custo Médio, em comparação ao método PEPS, e considerando que o custo de compra do produto segue a inflação do país, foi constatado que

- (A) o lucro bruto era maior.
 (B) o lucro líquido era maior.
 (C) a receita de vendas era maior.
 (D) o custo das mercadorias vendidas era menor.
 (E) a despesa com imposto sobre a renda e com contribuição social era menor.

10

Uma sociedade empresária, que presta serviços de consultoria, apresentou os seguintes saldos em sua Demonstração do Resultado do Exercício, em 31/12/X0:

- Receita de serviços: R\$500.000;
- Descontos concedidos: R\$15.000;
- Abatimentos: R\$10.000;
- Juros auferidos: R\$50.000;
- Prêmio de resgate de debêntures: R\$16.000;
- Receita com equivalência patrimonial: R\$20.000;
- Receita de títulos vinculados ao mercado aberto: R\$21.000;
- Custo dos Serviços Prestados: R\$200.000;
- Despesas gerais: R\$80.000;
- Comissões e despesas bancárias: R\$8.000; e
- Variações monetárias das obrigações: R\$18.000.

Assinale a opção que indica o resultado financeiro da sociedade empresária, em 31/12/X0.

- (A) R\$9.000.
- (B) R\$32.000.
- (C) R\$38.000.
- (D) R\$46.000.
- (E) R\$54.000.

11

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a entidade deve divulgar suas demonstrações contábeis, quando não forem elaboradas de acordo com o seguinte pressuposto:

- (A) continuidade.
- (B) neutralidade.
- (C) conservadorismo.
- (D) essência sobre a forma.
- (E) regime de competência.

12

Uma entidade adquire mercadorias para revenda no valor de R\$50.000 à vista. A alíquota incidente do ICMS é de 18%.

Assinale a opção que indica os lançamentos contábeis na entidade, no momento da compra.

- (A) D – Estoque: R\$50.000.
C - ICMS a recuperar: R\$9.000.
C – Caixa: R\$41.000.
- (B) D – Estoque: R\$50.000.
D - ICMS a recuperar: R\$9.000.
C - ICMS a pagar: R\$9.000.
C – Caixa: R\$50.000.
- (C) D – Estoque: R\$50.000.
D - ICMS a recuperar: R\$9.000.
C – Caixa: R\$59.000.
- (D) D – Estoque: R\$41.000.
D - ICMS a recuperar: R\$9.000.
C – Caixa: R\$50.000.
- (E) D – Estoque: R\$41.000.
C - ICMS a pagar: R\$9.000.
C – Caixa: R\$32.000.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

13

O Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) é dividido em oito classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações.

Nesse sentido, a natureza de informação de controle corresponde às seguintes classes:

- (A) controle devedores e controle credores.
- (B) controles internos e controles externos.
- (C) controles ativos e controles passivos.
- (D) controle da aprovação e controle da execução.
- (E) controle de variações diminutivas e controles de variações aumentativas.

14

De acordo com a NBC TSP 13 - Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, quando as demonstrações contábeis e o orçamento não são elaborados em base comparável, e o regime de competência é adotado para o orçamento, os valores realizados apresentados em base comparável ao orçamento devem ser conciliados aos valores realizados apresentados nas demonstrações contábeis, identificando separadamente qualquer regime, periodicidade e diferença entre as entidades.

Assinale a opção que os indica.

- (A) As receitas totais e as despesas totais, apenas.
- (B) As receitas totais, as despesas totais, os ativos e os passivos, apenas.
- (C) Os fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apenas.
- (D) Os ativos e os passivos e os fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apenas.
- (E) As receitas totais, as despesas totais e os fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apenas.

15

De acordo com a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público, denomina-se objeto de custo a unidade que se deseja mensurar e avaliar os custos.

Os principais objetos de custos são identificados a partir de informações dos subsistemas

- (A) orçamentário e monetário.
- (B) orçamentário e patrimonial.
- (C) monetário e patrimonial.
- (D) financeiro e econômico.
- (E) econômico e patrimonial.

16

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, os usuários dos relatórios contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público precisam de informações para subsidiar as avaliações das seguintes questões, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz.
- (B) Se a qualidade da prestação de serviços, frente às outras entidades do setor público, mantém sua qualidade.
- (C) Se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.
- (D) Se os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros são suficientes e até que ponto há restrições para a utilização desses recursos.
- (E) Se a carga tributária que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes tem mudado.

17

De acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual- Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, entre as bases de mensuração para os passivos, assinale a opção que indica o montante que a entidade racionalmente aceitaria na troca pela assunção do passivo existente.

- (A) Custo histórico.
- (B) Valor de mercado.
- (C) Preço presumido.
- (D) Custo de liberação.
- (E) Custo de cumprimento da obrigação.

18

O candidato a prefeito em um município divulga, no momento de campanha, que pretende construir novos hospitais no município ao custo de R\$500.000, no ano de sua posse.

O candidato foi efetivamente eleito.

Assinale a opção que indica a contabilização do montante pelo município.

- (A) Passivo, no momento de campanha.
- (B) Passivo, no momento da posse.
- (C) Despesa, no momento de campanha.
- (D) Despesa, no momento da posse.
- (E) Não deve haver contabilização.

19

Em relação à divulgação das demonstrações contábeis por uma entidade do setor público, de acordo com a NBC T SP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, assinale a afirmativa correta.

- (A) As demonstrações contábeis devem ser apresentadas pelo menos trimestralmente.
- (B) A entidade deixa de divulgar as demonstrações contábeis dentro do prazo, devido à complexidade das operações.
- (C) A entidade deve estar pronta para divulgar suas demonstrações contábeis em até quatro meses a partir da data-base das demonstrações contábeis.
- (D) A entidade, em circunstâncias excepcionais, pode ser solicitada a alterar a data-base de apresentação, para alinhar o período contábil ao ciclo orçamentário.
- (E) A utilidade das demonstrações contábeis é tamanha, que permanece mesmo quando essas não são disponibilizadas aos usuários dentro de período razoável, após a data-base.

20

De acordo com a NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a apresentação de ativos e passivos no balanço patrimonial das instituições financeiras proporciona informação fidedigna e mais relevante do que a apresentação como circulante e não circulante, se adotado o seguinte critério:

- (A) ordem crescente ou decrescente de liquidez.
- (B) ordem crescente ou decrescente de magnitude.
- (C) grau de familiaridade da entidade credora ou devedora.
- (D) ordem de reconhecimento dos respectivos ativos e passivos.
- (E) grau de relacionamento com os ativos e passivos não financeiros.

21

De acordo com o MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência.

Assinale a opção que indica quando há geração de caixa proveniente da atividade de financiamento.

- (A) Caixa recebido decorrente de operações descontinuadas.
- (B) Pagamentos em caixa por arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.
- (C) Recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros, quando a entidade não é instituição financeira pública.
- (D) Caixa recebido proveniente da emissão de debêntures, empréstimos contraídos, notas promissórias, títulos e valores, hipotecas e outros empréstimos contraídos de curto e de longo prazos.
- (E) Recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações em empreendimentos controlados em conjunto.

22

De acordo com o MCASP, o Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP) representa uma das maiores conquistas da contabilidade aplicada ao setor público.

Em relação às inovações proporcionadas pelo PCASP, analise os itens a seguir.

- I. A segregação das informações orçamentárias e patrimoniais.
- II. O registro dos fatos que afetam o patrimônio público segundo o regime de caixa.
- III. O registro de procedimentos contábeis gerais em observância às normas internacionais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

Administração Financeira e Orçamentária

23

De acordo com a Lei nº 4320/1964, é vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente e, também, assumir compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do Prefeito.

Essas disposições **não** se aplicam

- (A) para atender o setor da saúde.
- (B) em casos comprovados de calamidade pública.
- (C) para promover ações relacionadas a políticas públicas.
- (D) em necessidade de recomposição salarial de funcionários.
- (E) para atender aos custos diretos essenciais para a organização das eleições.

24

De acordo com a Lei nº 4320/1964, as cotas de receitas, que uma entidade pública deve transferir a outra, serão incluídas no orçamento da entidade obrigada à transferência e no orçamento da entidade que deverá receber, respectivamente, como

- (A) perda e ganho.
- (B) ativo e passivo.
- (C) despesa e receita.
- (D) ativo e patrimônio líquido.
- (E) crédito e débito com terceiros.

25

Em relação à Lei nº 4320/1964, assinale a afirmativa correta.

- (A) As receitas nele recolhidas e as despesas nele legalmente liquidadas pertencem ao exercício financeiro.
- (B) A importância de despesa anulada no exercício reverte à dotação, e quando a anulação ocorrer após o encerramento do exercício será considerada receita do ano em que se efetivar.
- (C) Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem liquidadas.
- (D) O valor do crédito da Fazenda Nacional em moeda estrangeira é convertido ao correspondente valor na moeda nacional à taxa cambial oficial do último dia do exercício financeiro.
- (E) A receita da dívida ativa não inclui os valores que correspondem à atualização monetária, à multa e juros de mora e aos encargos.

26

Em relação ao Plano Plurianual, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tem vigência de três anos e passa a vigorar a partir do primeiro ano do mandato presidencial.
- (B) Tem vigência de três anos e passa a vigorar a partir do segundo ano do mandato presidencial.
- (C) Tem vigência de quatro anos e coincide com o mandato presidencial.
- (D) Tem vigência de quatro anos e passa a vigorar a partir do segundo ano do mandato presidencial.
- (E) Tem vigência de quatro anos e passa a vigorar no último ano do mandato presidencial.

27

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, o projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas da Lei Complementar irá conter reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada à(ao)

- (A) compensação da redução da receita realizada.
- (B) compra de ativos não prevista no Orçamento.
- (C) compensação de resultados deficitários e à constituição de crédito fiscal.
- (D) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- (E) retenção de superávit do período para preservação do patrimônio líquido da entidade.

28

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 175/2017, as receitas do Poder Executivo serão arrecadadas exclusivamente por via bancária e serão obrigatoriamente recolhidas à Conta Única do Tesouro Estadual.

Entende-se por receita qualquer ingresso que tenha sido decorrente, produzido ou realizado, direta ou indiretamente, pelos órgãos competentes, e que tenha caráter

- (A) originário ou derivado, ordinário e de natureza orçamentária, apenas.
- (B) originário, ordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária, apenas.
- (C) originário ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária, apenas.
- (D) originário ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza extraorçamentária, apenas.
- (E) originário ou derivado, ordinário ou extraordinário e de natureza orçamentária ou extraorçamentária.

29

A aplicação de políticas econômico-financeiras a fim de ajustar o controle da inflação, melhorar o nível de emprego e promover o crescimento econômico, mediante instrumentos de política monetária, cambial e fiscal ou outras medidas capazes de aumentar ou diminuir o nível da demanda agregada, é denominada função

- (A) social.
- (B) alocativa.
- (C) igualitária.
- (D) distributiva.
- (E) estabilizadora.

30

Assinale a opção que indica o vínculo entre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

- (A) A LDO fornece diretrizes para a elaboração da LOA.
- (B) A LOA fornece diretrizes para a elaboração da LDO.
- (C) Ambas são elaboradas pelo Plano Plurianual.
- (D) São elaboradas de forma simultânea, tendo o mesmo prazo de envio.
- (E) Não há vínculo entre elas.

31

Assinale a opção que indica um objetivo direto da função distributiva do Governo.

- (A) Combate de desequilíbrios sociais e regionais.
- (B) Correção dos efeitos negativos de externalidades.
- (C) Correção de imperfeições no sistema de mercado.
- (D) Oferecimento de bens e serviços públicos eficientes.
- (E) Criação de condições para que bens privados sejam oferecidos no mercado pelos produtores.

32

Em relação ao Orçamento-Programa, assinale a afirmativa correta.

- (A) Representa o elo entre o orçamento e a sua execução.
- (B) A sua estrutura está voltada para os aspectos financeiros.
- (C) Considera, em sua elaboração, apenas os custos dos programas que não extrapolam o exercício.
- (D) O controle visa a avaliação da eficiência, da eficácia e da efetividade das ações governamentais.
- (E) As decisões orçamentárias são tomadas com base nos exercícios anteriores.

33

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, a Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e da despesa de modo a evidenciar a política econômica- financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os seguintes princípios:

- (A) clareza, equilíbrio e anualidade.
- (B) universalidade, publicidade e clareza.
- (C) unidade, universalidade e anualidade.
- (D) exclusividade, unidade e orçamento bruto.
- (E) equilíbrio, exclusividade e orçamento bruto.

34

Em relação aos orçamentos contidos na Lei Orçamentária, analise as afirmativas a seguir.

- I. O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- II. O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.
- III. O orçamento da Seguridade Social abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei orçamentária anual compreenderá o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

Análise de Dados

35

Os *data warehouses* existem para facilitar que analista e tomadores de decisão executem as consultas complexas e ocasionais, fazendo uso intensivo de dados por meio de processamento OLAP.

A operação analítica que se caracteriza por analisar dados em níveis de agregação progressivamente mais detalhados e de menor granularidade, é denominada

- (A) *pivot*.
- (B) *roll-up*.
- (C) *drill-down*.
- (D) *drill-across*.
- (E) *slice and disse*.

36

Leia o fragmento a seguir.

“CRISP-DM é um modelo de referência não proprietário, neutro, documentado e disponível na Internet, sendo amplamente utilizado para descrever o ciclo de vida de projetos de Ciência de Dados. O modelo é composto por seis fases: 1. entendimento do negócio; 2. ____; 3. ____; 4. Modelagem; 5. ____ ; e 6. implantação”.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima, na ordem apresentada.

- (A) modelagem do negócio – limpeza de dados – testagem.
- (B) modelagem de requisitos – raspagem de dados – execução.
- (C) modelagem do negócio – mineração de dados – reexecução.
- (D) compreensão dos dados – preparação dos dados – avaliação.
- (E) mapeamento de metadados – mineração de dados – testagem.

37

O tipo de aprendizado máquina, que consiste em treinar um sistema a partir de dados que não estão rotulados e/ou classificados e utilizar algoritmos que buscam descobrir padrões ocultos que agrupam as informações de acordo com semelhanças ou diferenças, é denominado

- (A) dinâmico.
- (B) sistêmico.
- (C) por reforço.
- (D) supervisionado.
- (E) não supervisionado.

38

Com relação às características de dados abertos, analise as afirmativas a seguir.

- I. *Reuso e redistribuição*: os dados precisam estar disponíveis integralmente, devendo estar em um formato conveniente e modificável e sob custo não maior que um custo razoável de reprodução.
- II. *Disponibilidade e acesso*: os dados precisam ser fornecidos em condições de reuso e redistribuição, podendo ser recombinados com outros dados.
- III. *Participação universal*: todos os usuários podem usar, reusar e redistribuir o dado sem restrições de áreas de atuação, pessoas ou grupos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

39

O *Power BI* da Microsoft é uma coleção de serviços de *software*, aplicativos e conectores que trabalham em conjunto para transformar fontes de dados não relacionadas em informações coerentes, visualmente envolventes e mais interativas.

O elemento do *Power BI* que cria relatórios paginados, é denominado

- (A) *Power BI Service*.
- (B) *Power BI Desktop*.
- (C) *Power BI Report Maker*.
- (D) *Power BI Report Builder*.
- (E) *Power BI Reporting Manager*.

40

A estrutura de dados usada em índices multiníveis dinâmicos em banco de dados relacionais, que garantem que tais estruturas sempre estejam balanceadas e que o espaço desperdiçado pela exclusão de itens de dados, se houver, nunca se torne excessivo, é denominada

- (A) fila.
- (B) *hash*.
- (C) *bitmap*.
- (D) árvore B.
- (E) árvore binária.

Direito Tributário

41

Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente, para aplicar a legislação tributária utilizará, segundo a ordem indicada, sucessivamente,

- (A) analogia, equidade, princípios gerais de Direito Público e princípios gerais de Direito Tributário.
- (B) princípios gerais de Direito Tributário, analogia, princípios gerais de Direito Público e equidade.
- (C) analogia, princípios gerais de Direito Público, princípios gerais de Direito Tributário e equidade.
- (D) equidade, analogia, princípios gerais de Direito Tributário e princípios gerais de Direito Público.
- (E) analogia, princípios gerais de Direito Tributário, princípios gerais de Direito Público e equidade.

42

José Sena procura a Receita Estadual após um inventário realizado no Amazonas, para sanar dúvidas sobre o pagamento do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação.

Sobre tal tributo, é correto afirmar que

- (A) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem ou ao Distrito Federal.
- (B) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado da situação do bem.
- (C) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado do domicílio do doador.
- (D) relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado em que se processar o inventário ou arrolamento ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
- (E) terá competência para sua instituição regulada por lei ordinária se o doador tiver domicílio ou residência no exterior.

43

O ICMS é uma grande fonte de receita dos Estados da Federação, sendo normal que estes busquem sempre mais arrecadação para custear os serviços oferecidos à população.

Sobre o ICMS, é correto afirmar que ele **não** incide sobre

- (A) as operações interestaduais relativas à energia elétrica e ao petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização.
- (B) as operações interestaduais relativas à energia elétrica e ao petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, destinados a qualquer fim.
- (C) o fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- (D) as operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
- (E) a entrada de mercadoria ou bens importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.

44

Em relação ao ICMS, os Estados e o Distrito Federal podem celebrar convênio sobre remissão de créditos tributários decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com a Lei Complementar exigida pela Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Só podem tratar de créditos tributários devidamente constituídos.
- (B) Necessitam ter a participação de metade das unidades federadas.
- (C) Tem que ser aprovados pelo CONFAZ no prazo de 120 dias.
- (D) Necessitam da participação de 1/3 das unidades federadas de cada uma das 5 regiões do país (SE, NE, N, S e CO).
- (E) Não precisam ser publicados em seus Diários Oficiais.

45

O Imposto sobre a Renda é um tributo de arrecadação essencial para o Fisco, tanto pelo montante arrecadado como pela fiscalização decorrente dele.

O produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda será

- (A) repartido pela União com os Estados e Distrito Federal no percentual de 22% (vinte e dois por cento).
- (B) repartido pela União no percentual de 25,5% (vinte e cinco inteiros e cinco décimos por cento) com o Fundo de Participação dos Municípios.
- (C) repartido pela União no percentual de 50% (cinquenta por cento) apenas com os Estados, o Distrito Federal e os municípios por meio de seus Fundos de Participação.
- (D) repartido pela União com os Municípios no percentual de 50% (cinquenta por cento).
- (E) Exclusivamente da União.

46

A sociedade empresária Beta alterou sua sede para uma cidade extremamente distante a qual só é possível chegar de barco e gastando mais de um dia de viagem, mas deixou filiais na Capital do Estado. A sociedade empresária impugnou autuações recebidas nas filiais em que ocorreram os fatos que deram origem à obrigação, por não ser o seu domicílio tributário.

Sobre a posição da sociedade empresária Beta, assinale a afirmativa correta.

- (A) Assiste razão à sociedade empresária, pois a Receita Estadual não pode discriminar a sede da empresa.
- (B) A Receita Estadual só pode mandar as autuações para outros endereços, após 3 tentativas de encontrar os responsáveis pela sociedade empresária.
- (C) A Receita Estadual está errada, não podendo atribuir à sociedade empresária, sua falta de estrutura.
- (D) Não assiste razão à sociedade empresária, pois a Receita Estadual pode, ao seu arbítrio, escolher qual o domicílio tributário da sociedade empresária.
- (E) Não assiste razão à sociedade empresária, pois a autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

47

A pessoa jurídica Espectro, em processo de falência, foi alienada judicialmente para a sociedade empresária Ômega, que manteve o mesmo nome e as mesmas lojas daquela.

Em relação aos tributos devidos, a empresa Ômega

- (A) responderá integralmente, por ter adquirido o fundo de comércio e os estabelecimentos.
- (B) Responderá subsidiariamente com o alienante.
- (C) Só responderá se o alienante não continuar no mesmo ramo de comércio.
- (D) Não responderá, por ter havido alienação judicial em processo de falência.
- (E) Não responderá, mesmo que um de seus sócios seja sócio da sociedade empresária Espectro.

48

Um importante tributo da competência dos Estados é o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Sobre o IPVA, assinale a afirmativa correta.

- (A) A alíquota mínima será fixada pelo Senado Federal.
- (B) A alíquota máxima será fixada pelo Senado Federal e a mínima por cada Estado.
- (C) Não pode ter alíquota diferenciada, em razão do tipo e da utilização.
- (D) A diferença entre alíquota mínima e máxima não pode exceder 100% (cem por cento).
- (E) As alíquotas máximas e mínimas serão fixadas pelo próprio Estado.

49

O Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, são tributos muito semelhantes, inclusive sendo tratados na mesma lei (Lei nº 9430/1996).

Assinale a opção que apresenta uma diferença entre eles.

- (A) O IRPJ pode ser sobre o lucro real e o lucro presumido, já a CSLL só sobre o lucro real.
- (B) A destinação da CSLL é para a Seguridade Social, enquanto a do IRPJ pode ser utilizada para qualquer despesa do Fisco, após a repartição com Estados e Municípios.
- (C) A arrecadação do IRPJ é toda da União e a da CSLL é dividida com os Estados e os Municípios para estruturar a seguridade dos servidores destes entes.
- (D) A arrecadação do IRPJ é repartida entre os Estados e os Municípios e, a da CSLL, só com os Estados.
- (E) As sociedades empresárias que pagam um tributo não precisam pagar o outro, para evitar *bis in idem*.

50

Sobre a contribuição do trabalhador e dos demais segurados da Previdência Social, prevista no Artigo 195, inciso II, da Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- (A) A contribuição previdenciária custeia unicamente a Previdência Social.
- (B) A contribuição previdenciária custeia apenas a Previdência e a Assistência Social.
- (C) A contribuição previdenciária é cobrada sobre aposentadorias e pensões.
- (D) A contribuição previdenciária custeia a Seguridade Social, que engloba Saúde, Previdência Social e Assistência Social.
- (E) A contribuição previdenciária, ao contrário da que é paga pelos servidores públicos, não tem alíquotas progressivas.

51

Determinado município aprovou uma lei para passar a cobrar um tributo dos moradores dos bairros próximos às novas estações de metrô, para custear as obras e considerando a valorização dos imóveis neles situados.

Assinale a opção que o indica.

- (A) Contribuição Social.
- (B) CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.
- (C) Imposto sobre Grandes Fortunas.
- (D) Empréstimo Compulsório.
- (E) Contribuição de Melhoria.

52

Aluísio Soares importou uma guitarra do exterior para sua coleção e se revoltou ao ter que pagar o ICMS. Ele alega que o instrumento não tem fins comerciais porque ele não toca em público e não auferir nenhuma renda com este *hobby*.

Avalie se Aloísio terá direito a não pagar o tributo e assinale a afirmativa correta.

- (A) O imposto não pode ser cobrado, uma vez provada a falta de intuito comercial da mercadoria importada.
- (B) O imposto pode ser cobrado, porque a Receita Estadual não tem certeza de que ele nunca usará para fins comerciais.
- (C) O imposto não pode ser cobrado, já que não auferir renda ou presta serviços com tal instrumento.
- (D) O imposto pode ser cobrado, pois é contribuinte mesmo sem habitualidade ou intuito comercial, quem importa bens do exterior.
- (E) O imposto não pode ser cobrado, desde que ele se comprometa a permanecer com o instrumento por cinco anos.

53

Determinado Estado da Federação passou a cobrar IPVA dos donos de bicicletas elétricas por uma decisão administrativa, sob o argumento de que são devedoras do tributo por analogia às motocicletas.

Sobre esta cobrança, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sim, pois a fiscalização é a mesma que a das motocicletas.
- (B) Não, pois seria necessário decreto que estabelecesse tal cobrança.
- (C) Sim, pois a analogia pode ser utilizada na falta de disposição expressa.
- (D) Não, pois o emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.
- (E) Não, por se tratar de equidade e não de analogia.

54

Os servidores públicos aposentados com a EC 41/03, passaram a pagar, como contribuição previdenciária sobre seus proventos de aposentadoria, valores que excedem o teto do Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

Aqueles que já eram aposentados antes da EC 41/03, estão obrigados a pagar tal contribuição?

- (A) Sim, pois não havia hipótese de incidência de contribuição previdenciária, que passou a existir com a referida EC 41/03.
- (B) Não, pois violaria o direito adquirido.
- (C) Não, pelo caráter alimentar da aposentadoria.
- (D) Sim, pelo princípio da igualdade com os aposentados da Previdência Social.
- (E) Só no ano seguinte à EC 41/03, por se tratar de isenção tributária.

Legislação Específica do Estado do Amazonas

55

Mario Silveira requer a restituição de valores pagos acima do que era devido a título de ITBI à Receita Estadual, que defere seu pedido, porém, de ofício, desconta dos valores os 4 (quatro) anos que ele está devendo de IPVA do seu veículo.

Sobre tal conduta, assinale a afirmativa correta.

- (A) Só é possível mediante acordo judicial.
- (B) Não é possível, sendo necessária a propositura de Execução Fiscal para a cobrança.
- (C) É possível, desde que o devedor tenha respondido administrativamente à cobrança do IPVA.
- (D) Não é possível, por não ser o mesmo tributo.
- (E) Sim, é possível tal compensação de ofício pela Receita Estadual.

56

A sociedade empresária Gama comparece à Receita Estadual discordando de que o cálculo do ICMS devido tenha sido feito por estimativa, alegando que o fundamento de ter recolhido valores menores que a média do setor em que atua, a título do referido tributo, não pode justificar tamanha violação.

Sobre a legalidade da atitude do Fisco Estadual, assinale a afirmativa correta.

- (A) É ilegal, pois cabe à Receita fiscalizar qualquer omissão de recolhimento do ICMS e não presumir.
- (B) Não é ilegal, é possível esta estimativa por parte da Receita Estadual, sendo uma das hipóteses de desempenho de recolhimento do ICMS inferior à média do setor, só podendo ser discutido judicialmente tal postura.
- (C) É ilegal, pela vedação do confisco.
- (D) É ilegal, por não ser possível ICMS por estimativa.
- (E) Não é ilegal, mas o contribuinte pode impugnar seu enquadramento, inclusive com a obtenção de efeito suspensivo.

57

A indústria XYZ adquire uma máquina para seu processo produtivo, não recolhendo o ICMS por esta aquisição para seu ativo permanente imobilizado. Três anos depois compra uma máquina mais moderna e vende aquela.

Sobre o recolhimento do ICMS sobre a primeira máquina adquirida, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sim, na proporção de 40% (quarenta por cento), por faltarem 2 anos para a manutenção do bem no estabelecimento.
- (B) Não, por se tratar de máquinas essenciais para seu processo produtivo.
- (C) Não, só tendo que recolher o ICMS integral da nova máquina.
- (D) Sim, terá que recolher o ICMS integral da primeira máquina adquirida.
- (E) Não, por já ter cumprido o prazo mínimo de três anos da máquina no seu estabelecimento.

58

Eduardo Pereira, adquiriu um veículo e fez o licenciamento numa unidade da Federação diferente de Amazonas, embora sempre tenha residido em Manaus. Agora tomou conhecimento que as alíquotas do IPVA daquele Estado são mais altas do que as do Amazonas.

Assinale a opção que indica, corretamente, onde deve recolher tal tributo.

- (A) Ele pode escolher o Estado da Federação onde recolher.
- (B) No Estado onde fez o licenciamento.
- (C) No Estado do Amazonas, por ser o local de sua residência.
- (D) Durante 5 anos tem que recolher no Estado do licenciamento e, depois, pode fazer a transferência.
- (E) Está isento de IPVA.

59

Os benefícios fiscais no Amazonas somente são concedidos aos produtos resultantes de atividades consideradas de fundamental interesse para o desenvolvimento do Estado e quando atender a determinadas condições, sendo **imprescindível** que

- (A) contribuam para o incremento do volume de produção industrial, agroindustrial e florestal do Estado e promovam investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia de processo e/ou produto.
- (B) promovam a interiorização de desenvolvimento econômico e social do Estado e contribuam para o aumento da exportação para os mercados nacional e internacional.
- (C) possuam capital social compatível com o seu volume de produção, faturamento bruto e ativo imobilizado constantes do projeto técnico-econômico.
- (D) contribuam para substituir importações nacionais e/ou estrangeiras e gerem empregos diretos e/ou indiretos no Estado.
- (E) promovam atividades ligadas à indústria do turismo e estimule a atividade de reciclagem de material e ou resíduo sólido a ser utilizado como matéria prima na atividade industrial.

60

Sobre o ICMS no Estado do Amazonas, é correto afirmar que **não** há fato gerador do tributo

- (A) na transmissão a terceiro de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, localizados no Estado.
- (B) nas operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- (C) no ato final do transporte iniciado no exterior.
- (D) na transmissão de propriedade ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente.
- (E) no fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento.

61

A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento.

Assinale a opção que indica os produtos que estão isentos, quando provenientes do exterior.

- (A) Automóveis de passageiros.
- (B) De perfumaria.
- (C) De pesca.
- (D) Bebidas alcóolicas.
- (E) Armas e munição.

62

O Estado do Amazonas tem incentivos fiscais e incentivos extrafiscais para as sociedades empresárias que cumprirem as condições propostas nas normas correspondentes.

A sociedade empresária XYZ deseja incentivo extrafiscal e um destes é

- (A) o diferimento.
- (B) o crédito estímulo.
- (C) a isenção.
- (D) a concessão de financiamentos diferenciados.
- (E) o crédito fiscal presumido de regionalização e a redução de base de cálculo do ICMS.

63

O Estado do Amazonas limita a concessão de benefícios fiscais a algumas atividades.

Assinale a opção que apresenta a atividade que poderá ter direito aos benefícios fiscais.

- (A) Fabricação de bebidas alcoólicas industrializadas no interior do Estado, em zonas definidas como prioritárias pelo Poder Executivo, desde que utilizem insumos produzidos no Estado.
- (B) Fabricação de fumo e seus derivados.
- (C) Fabricação de bens que, devido ao seu processo produtivo, causem, de forma mediata ou imediata, impactos nocivos ao meio ambiente.
- (D) Produção, geração e distribuição de energia elétrica.
- (E) Beneficiamento de sal.

64

O governo federal resolve criar uma universidade federal no Amazonas, e o faz, tornando-a uma autarquia.

Em relação ao IPVA, assinale a opção que indica a situação tributária dos veículos utilizados nas atividades essenciais desta universidade.

- (A) Pagam normalmente o IPVA.
- (B) Têm isenção de IPVA.
- (C) Se os veículos tiverem mais de 5 anos, estarão isentos.
- (D) Pagam, mas com um desconto de 50% (cinquenta por cento).
- (E) Não há incidência de IPVA.

65

A empresa Alpha requereu na Receita Estadual a restituição de ICMS referente aos últimos 5 anos, valores que entende terem sido recolhidos além dos devidos, e este requerimento foi indeferido na seara administrativa.

Assinale a opção que indica o prazo para a ação judicial que visa anular este indeferimento.

- (A) O prazo decadencial é de 5 anos, a partir do indeferimento administrativo.
- (B) O prazo é prescricional de 3 anos, admitindo uma interrupção.
- (C) O prazo é decadencial de 3 anos, não admitindo interrupção.
- (D) O prazo é prescricional de 5 anos, admitindo uma interrupção.
- (E) O prazo é prescricional e de 2 anos.

66

A sociedade empresária *Forget All* tem débito de ICMS apurado, resultante de operação não escriturada em livros fiscais. Por esse motivo, é multada pela Receita Estadual.

Assinale a opção que apresenta o percentual dessa multa sobre o valor do imposto devido.

- (A) 50% (cinquenta por cento).
- (B) 75% (setenta e cinco por cento).
- (C) 100% (cem por cento).
- (D) 150% (cento e cinquenta por cento).
- (E) 200% (duzentos por cento).

67

Antônio Loureiro resolve investir parte de seu patrimônio na compra de 4 (quatro) taxis e obteve o licenciamento de todos. Sobre a possibilidade de Antônio Loureiro ter isenção de IPVA, assinale a afirmativa correta.

- (A) Terá isenção apenas em relação a um dos veículos licenciados.
- (B) Terá isenção em relação aos 4 taxis.
- (C) Não terá isenção, pois claramente cobrará diárias de pelo menos três taxis.
- (D) Não terá isenção, pois taxi não tem isenção de IPVA.
- (E) Terá isenção apenas em relação a dois taxis.

68

Determinada sociedade empresária resolve passar a produzir bens na Zona Franca de Manaus, que serão destinados a comercialização no território nacional e busca informações sobre as isenções a que terá direito.

Assinale a opção que indica as isenções a que terá direito.

- (A) do IPI.
- (B) do IPI e do ICMS.
- (C) do IPI e do Imposto de Importação integral.
- (D) do Imposto de Exportação.
- (E) do Imposto de Importação e do ICMS.

69

Assinale a opção que apresenta princípios específicos que devem ser observados para a concessão de benefícios fiscais.

- (A) Reciprocidade, transitoriedade e regressividade.
- (B) Proporcionalidade, gradualidade e isonomia.
- (C) Eficiência, igualdade e estabilidade.
- (D) Vedação do confisco e eficiência.
- (E) Vedação do retrocesso, gradualidade e reciprocidade.

70

Um hospital particular em Manaus foi autuado pela Receita Estadual pela falta de recolhimento do IPVA de suas ambulâncias, sob a alegação de que tem tido prejuízo nos últimos anos.

Sobre a razão apresentada pelo hospital, assinale a afirmativa correta.

- (A) Assiste razão ao hospital, porque se tem tido prejuízo não pode ser obrigado a pagar o IPVA.
- (B) Não assiste razão ao hospital, pois só as ambulâncias de entidades sem fins lucrativos têm isenção de IPVA.
- (C) Assiste razão ao hospital, pois todas as ambulâncias têm isenção de IPVA.
- (D) Assiste razão ao hospital, por isonomia aos hospitais públicos.
- (E) Não assiste razão ao hospital, pois não há isenção de IPVA para nenhuma ambulância.

Realização

